



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o Credenciamento para contratação de pessoa jurídica e/ou pessoa física para prestação de serviços de Operadores de Máquinas Pesadas (Motoniveladora, Escavadeira hidráulica, Retroescavadeira, Pá Carregadeira de pneus e Rolo compactador tipo CA-15), por diária (dia) de serviço trabalhado, considerando, conforme consta no edital e seus anexos, 8 (oito) horas/dia de serviço, necessários na recuperação, manutenção e conservação das estradas rurais (vicinais) do Município de Carmo do Paranaíba - MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. TABELA ÚNICA DOS SERVIÇOS:

1.2.1. Os preços que a Secretaria Municipal de Transportes e Estradas se propõe a pagar pela Prestação dos Serviços, objeto deste Credenciamento, são os seguintes:

Secretaria Municipal de Transportes e Estradas					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	650	DIÁRIA	SERVIÇOS DE OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	R\$245,44	R\$159.536,00
REFERÊNCIA DE PREÇOS: SINAPI 03/2026					

1.2.2. Cada credenciado receberá os valores mencionados na tabela acima, sendo remunerada a diária efetivamente trabalhada.

1.2.3. As quantidades de diárias são estimadas, podendo variar de acordo com as necessidades da contratante.

1.2.4. Os serviços que serão objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. LOCAL DE ENTREGA OU DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.3.1. Os serviços serão executados no Município de Carmo do Paranaíba/MG, abrangendo trechos de estradas vicinais principais e secundárias, conforme demanda identificada pela Secretaria Municipal de Transportes.

1.3.2. A execução ocorrerá de acordo com cronograma e ordens de serviço a serem emitidos pela Secretaria competente, observando-se as regiões consideradas prioritárias e de maior necessidade, sendo a medição realizada por dia efetivamente trabalhado.



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

1.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

1.4.1. O prazo de vigência para a contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado pelo prazo previsto no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.2. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.4.3. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua de recuperação, manutenção e conservação das estradas rurais (vicinais) do Município de Carmo do Paranaíba/MG, essenciais para assegurar o adequado deslocamento da população rural, o escoamento da produção agropecuária, o transporte escolar, o acesso aos serviços públicos de saúde e demais atividades econômicas e sociais desenvolvidas no âmbito municipal.

Considerando a extensão territorial do Município, bem como a elevada demanda por serviços de manutenção das vias não pavimentadas, especialmente em períodos chuvosos, faz-se necessária a disponibilização de mão de obra especializada para operação de máquinas pesadas, visando garantir maior eficiência, continuidade e celeridade na execução dos serviços públicos.

A contratação por meio de credenciamento mostra-se adequada em razão da natureza contínua, variável e imprevisível da demanda, possibilitando à Administração Municipal a formação de banco de prestadores aptos à execução dos serviços conforme a necessidade, conveniência e disponibilidade operacional da Secretaria Municipal de Transportes, observados os princípios da eficiência, economicidade, interesse público e continuidade dos serviços públicos.

A utilização de operadores habilitados e tecnicamente capacitados para condução de motoniveladora, escavadeira hidráulica, retroescavadeira, pá carregadeira de pneus e rolo compactador tipo CA-15 é indispensável para garantir a correta execução dos serviços, a preservação dos equipamentos públicos, a segurança operacional e a qualidade dos trabalhos realizados.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, permitindo à Administração Municipal manter as estradas vicinais em condições adequadas de trafegabilidade, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico e social do Município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ADEQUADA, CONSIDERANDO O CICLO DO OBJETO



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

A solução proposta consiste no credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas especializadas na prestação de serviços de operação de máquinas pesadas, compreendendo moto-niveladora, escavadeira hidráulica, retroescavadeira, pá carregadeira de pneus e rolo compactador tipo CA-15, mediante pagamento por diária efetivamente trabalhada, considerando jornada de 8 (oito) horas por dia.

A adoção do sistema de credenciamento apresenta-se como a solução mais adequada para atendimento da demanda da Administração Municipal, em razão da natureza contínua, dinâmica e variável dos serviços de recuperação, manutenção e conservação das estradas rurais (vicinais), permitindo a contratação de múltiplos prestadores aptos a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes conforme a demanda operacional existente.

O ciclo da solução compreende o planejamento das atividades pela Secretaria Municipal de Transportes, a emissão das ordens de serviço, a mobilização dos operadores credenciados, a execução dos serviços nas localidades indicadas, o acompanhamento e fiscalização dos serviços executados, a medição das diárias efetivamente trabalhadas e, posteriormente, a liquidação e pagamento pelos serviços prestados.

A solução contempla, ainda, a utilização racional dos equipamentos públicos municipais, uma vez que os operadores contratados atuarão na condução e operação das máquinas pertencentes à frota do Município, garantindo maior eficiência operacional, redução de paralisações dos serviços e ampliação da capacidade de atendimento das demandas de manutenção viária rural.

Os serviços serão executados conforme cronograma e prioridades definidas pela Secretaria Municipal de Transportes, observando critérios de necessidade, urgência, condições climáticas, trafegabilidade das vias e interesse público envolvido.

A solução adotada visa assegurar maior continuidade dos serviços públicos, melhoria das condições de tráfego nas estradas vicinais, apoio ao escoamento da produção agrícola, atendimento ao transporte escolar rural e acesso da população aos serviços essenciais, promovendo eficiência administrativa, economicidade e adequada prestação dos serviços públicos municipais.

4. REQUISITOS PARA O PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da necessidade ou conveniência de vistoria técnica

4.1.1. Tendo vista a natureza do objeto a ser contratado, não se faz necessária a vistoria técnica prévia.

4.2. Sobre a possibilidade ou não de subcontratação do objeto

4.2.1. É vedada a subcontratação total do objeto. A subcontratação parcial somente poderá ocorrer em situações excepcionais, relativas a atividades acessórias que não integrem o núcleo do objeto contratado, mediante prévia e expressa autorização da Administração.

4.3. Da participação de consórcios na licitação



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

4.3.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto possui natureza comum, baixa complexidade técnica e ampla disponibilidade de profissionais e empresas aptos à execução dos serviços, não se justificando a reunião de empresas para ampliação de capacidade técnica ou econômico-financeira.

4.4. Das garantias para a execução ou entrega

4.4.1. Não haverá exigência de garantia da contratação ou da execução do objeto, como prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O contratado deverá executar e iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de serviço, conforme os padrões e procedimentos estabelecidos pela contratante, assumindo total responsabilidade pelo serviço, de acordo com a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis.

5.2. O serviço a ser executado não exige dedicação exclusiva de mão de obra da contratada, não sendo necessária a alocação contínua de profissionais nas dependências da Prefeitura, tampouco a exclusividade de atuação de seus colaboradores no objeto contratado.

5.3. A prestação dos referidos serviços será realizada de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Transportes, em articulação com a equipe técnica.

5.4. Todos os contratados deverão possuir capacitação técnica, experiência e habilidades compatíveis com a operação da máquina para a qual forem designados, garantindo a adequada execução dos serviços, a segurança operacional e a preservação dos equipamentos públicos.

5.5. O contratado deverá zelar pela correta utilização e conservação dos equipamentos e máquinas durante a execução dos serviços, responsabilizando-se pela verificação diária das condições básicas de funcionamento, incluindo, entre outros, os níveis de óleo e água, condições gerais do equipamento, bem como pela imediata comunicação à Secretaria Requisitante acerca de qualquer irregularidade, defeito ou necessidade de manutenção constatada.

5.6. O contratado deverá manter disponibilidade para execução dos serviços nos horários e locais definidos pela Secretaria Municipal de Transportes, observadas as demandas e cronogramas estabelecidos pela Administração.

5.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Transportes, no prazo de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, os motivos que impossibilitem a realização dos serviços no período agendado.

5.8. Atribuições gerais dos serviços a serem contratados:

→ Operador de Máquina Pesada:

- Realizar serviços de raspagem, nivelamento e terraplenagem de terrenos, vias/estradas municipais;
- realizar serviços de escarificação, corte, rebaixo de terreno/estradas municipais;
- realizar demais serviços pertinentes as funções do referido equipamento;
- manter-se atualizado com as normas e legislação vigentes.

→ Serviços de Operador de Escavadeira Hidráulica “Poka”:



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

- Realizar serviços de escavação precisa de cascalho, nas cascalheiras específicas pela Secretaria Municipal de Transportes;
- Escavação e Movimentação de Terra: Realização de escavações profundas, abertura de valas para fundações, valas de drenagem, e movimentação de grandes volumes de terra e rochas;
- Limpeza e Preparação de Terrenos: Remoção de vegetação, raízes, entulho e materiais indesejados, preparando áreas para construções de bolsões e/ou atividades diversas;
- Carregamento de Materiais: Carregamento de caminhões e caçambas com terra, areia, brita ou entulho;
- Manutenção Rural e Agrícola: Abertura e ampliação de açudes, tanques, curvas de nível e limpeza de áreas de preservação;
- Terraplenagem: Nivelamento e conformação de solos;
- Limpezas de áreas diversas;
- Manuseio de Materiais: Com acessórios como garras, a escavadeira pode movimentar toras de madeira, rochas ou sucata.

5.9. O regime de execução a ser adotado no procedimento de contratação será:

(x) O de entrega ou empreitada por preços unitários;

() O de entrega ou empreitada por preço global;

() O de entrega ou por empreitada integral.

5.10. Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.11. Durante a execução do objeto, serão, dentre outras, obrigações do contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este Termo de Referência e com o contrato.
- b) Notificar o contratado, por escrito, acerca de falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas na execução dos serviços, para que promova as correções necessárias.
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- d) Solicitar ao contratado a emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei nº 14.133/2021.
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato.

5.12. Durante a execução do objeto, serão, dentre outras, obrigações do contratado:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.
- b) Disponibilizar os meios necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, com qualificação e conhecimento compatíveis com os serviços executados.
- c) Adotar as rotinas estabelecidas no Termo de Referência, no ETP e no contrato, para execução do objeto.



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

- d) Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, respondendo integralmente pelos prejuízos causados por ação ou omissão sua ou de seus prepostos.
- e) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- g) Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- h) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- i) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- j) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- n) Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a impostos, taxas, emolumentos, alvarás, seguros, encargos sociais e trabalhistas etc.
- o) Prestar o serviço conforme designado neste instrumento.



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O objeto do contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas consignadas Lei nº 14.133/2021 e nas disposições municipais de implantação e regulamentação da utilização da Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

6.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada, bem como a pessoa física contratada, para reunião inicial para a apresentação do plano de acompanhamento e fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, aferição de resultados e sanções cabíveis, dentre outros.

6.3. O acompanhamento e fiscalização do contrato incluem verificar se os serviços, atendem aos requisitos acordados, garantindo a execução adequada do contrato. Essas atividades serão realizadas por representantes designados pela Contratante, conforme os artigos 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021

6.4. A avaliação da adequação dos serviços será feita com base nos critérios estabelecidos no contrato.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações pela Contratada pode resultar na aplicação de sanções administrativas, conforme previsto no contrato e na legislação aplicável, podendo levar à rescisão contratual, de acordo com os artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.7. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização não exime nem reduz a responsabilidade da Contratada por qualquer irregularidade, incluindo imperfeições técnicas, vícios ou uso de materiais inadequados, e não implica corresponsabilidade da Contratante ou seus agentes, gestores e fiscais.

6.15. A fiscalização será da responsabilidade do Servidor André Silva Oliveira de Deus, Chefe de Divisão de Transportes, matrícula 7210, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Estradas.

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.21. A gestão do contrato será de responsabilidade do servidor Voldinei Cunha Mendes – Secretário Municipal de Transportes e Estradas, matrícula 7199.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega/execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e no contrato.



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e no contrato.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da conformidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução pelo contratado de inconsistências na execução do contrato ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade do contratado pela correta execução dos serviços e pelos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.11. A nota fiscal ou documento equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas para contratação, mediante consulta aos sistemas oficiais disponíveis ou apresentação da documentação pertinente.

7.12. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Considerando a natureza dos serviços, a necessidade de atendimento contínuo e a possibilidade de múltiplos profissionais executarem o objeto simultaneamente, mostra-se adequada a adoção do CREDENCIAMENTO, hipótese de inexigibilidade prevista no artigo 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, permitindo à Administração credenciar todos os interessados que preencham os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. O Agente de Contratação terá o prazo de 10 (dez) úteis para a análise da documentação apresentada pelas empresas e pessoas físicas.

8.2.1. O Agente de Contratação apresentará a relação geral das solicitações de credenciados no sítio eletrônico no site da AMM – Associação Mineira de Municípios, no site www.car-modoparanaiba.mg.gov.br e/ou PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, assim



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem, dentro da data de vigência do edital.

8.3. O credenciamento ficará aberto pelo prazo de 06 (seis) meses, permitindo o ingresso de novos interessados a qualquer tempo durante esse período, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

8.4. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado por e-mail, no endereço informado na solicitação de credenciamento, para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento do credenciamento.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

8.5. Para fins de habilitação, deverá o proponente interessado comprovar, no que for cabível, os seguintes requisitos de habilitação para a prestação dos serviços em foco, a serem conferidos na fase própria de conformidade com o procedimento adotado:

Habilitação Pessoa Jurídica

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Trabalhista e Social

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.14. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Estadual competente.

8.16. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Municipal competente.

8.17. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal.

8.18. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

8.19. Caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

Habilitação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Habilitação Pessoa Física

8.21. Cópia do RG, CPF ou CNH;

8.22. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.23. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

8.24. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio do interessado;

8.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor;

8.26. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

Habilitação Técnica – Pessoa Jurídica e Pessoa Física

8.27. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do credenciamento, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) experiência na prestação de serviços de operação de máquinas pesadas.

8.28. Apresentação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida, categoria “C” ou superior, compatível com a operação dos equipamentos objeto da contratação, observadas as disposições da legislação de trânsito vigente;

8.29. Declaração de que possui conhecimento técnico, experiência e capacidade operacional para execução dos serviços objeto do credenciamento, conforme modelo disponibilizado;



MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA – MG

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-9800

TERMO DE REFERÊNCIA - Credenciamento: Operador de Máquinas

8.30. Quando a interessada for pessoa jurídica, deverá indicar o profissional que executará os serviços, através de declaração de disponibilidade para execução do objeto ou apresentando documentação que demonstre vínculo jurídico com a empresa entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços autônomo com contrato escrito firmado com o licitante.

9. ESTIMATIVAS DE VALORES

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 159.536,00** (Cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e seis reais), apurado mediante pesquisa de preços na Tabela Sinapi – 03/2026, observados os parâmetros previstos no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos dispostos na Lei Orçamentária Anual deste Município, pelas seguintes dotações: 528 e 530.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Os signatários do presente Termo de Referência estarão disponíveis para os eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito do objeto.

Carmo do Paranaíba-MG, 15 de maio de 2026.

Voldinei Cunha Mendes
Secretário Municipal de Transportes e Estradas

ASSINATURA ELETRÔNICA

Complemento de assinaturas presentes no documento

Código para verificação: 6a20-318f-1282-99ce-6b69-7438

Assinado por **Voldinei Cunha Mendes** em 03/06/2026 às 10:52:22
Identificador Único: **T68WR8DThbJqWHmayX3k4h**

Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://carmodoparanaiba.aprova.com.br/consulta?documentAuthenticatorCode=6a20-318f-1282-99ce-6b69-7438>
